

## PROVA DE CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

1. Considere as assertivas, que se seguem:

- I. A desconsideração da personalidade jurídica da empresa pode ocorrer, quando se constatar judicialmente dolo, fraude, desvio de finalidade ou confusão patrimonial, em questões de âmbito exclusivamente trabalhista ou de direito do consumidor.
  - II. O contrato só produz efeitos entre as partes contratantes e, em nenhuma hipótese, beneficia ou prejudica terceiro que dele não participem
  - III. A *exceptio non adimpleti contractus*, exceção de contrato não cumprido, é aplicada, no direito brasileiro, quando uma das partes recusa-se à prestação que se obrigou até que a outra satisfaça sua obrigação ou dê garantia bastante de fazê-la.
- a) A assertiva III é a única correta.
  - b) Todas as assertivas estão erradas.
  - c) Somente a assertiva II está correta.
  - d) Estão corretas as assertivas I e III.

2. Analise as afirmações abaixo:

- I. Com base no princípio da continuidade da empresa, no caso de morte de sócio, os herdeiros têm o direito de ingressar na sociedade.
  - II. A lei delega ao contrato social a responsabilidade de definir as regras da remuneração do trabalho dos sócios na empresa — o *pró labore*.
  - III. Até quatro meses do fim do exercício social — que coincide com o término do ano civil — todas as sociedades deverão realizar a aprovação de contas da administração e do Balanço Patrimonial e de Resultados Econômicos.
  - IV. Há direito de recesso quando o sócio for voto vencido em deliberação sobre modificação do contrato social, fusão ou incorporação da sociedade.
- a) Somente a assertiva II é falsa.
  - b) São verdadeiras as assertivas I e IV.
  - c) É falsa a assertiva I.
  - d) Todas as assertivas são verdadeiras.

3. Todos os contratos abaixo são contratos de garantia, **EXCETO**:

- a) Anticrese.
- b) Contrato de penhor industrial de ativos.
- c) Contrato de industrialização por encomenda.
- d) Alienação fiduciária.

4. No contrato de empreitada total — EPC, da sigla em inglês — se estabelece um prazo máximo para que a obra seja entregue ao contratante. Neste instrumento contratual, é **CORRETO** afirmar que:

- I. Se a data de entrega pactuada não for respeitada, o contratado sujeita-se ao pagamento de cláusula penal por dia de atraso;
- II. No ato de entrega da obra ao contratante exige-se o atendimento de requisitos mínimos de eficiência e produtividade dos equipamentos, sendo permitido que ainda restem pendentes alguns ajustes dos equipamentos e as últimas providências;
- III. Os ajustes e providências pendentes na conclusão substancial, na entrega da obra, devem ser concluídos mesmo com prejuízo à operação do estabelecimento, porém num prazo máximo estipulado, sob pena de cláusula penal adicional.

São verdadeiras:

- a) As assertivas I, II e III.
- b) As assertivas II e III.
- c) As assertivas I e III.
- d) As assertivas I e II.

5. Resilição é modo de dissolução contratual, e resulta da (o):

- a) Inidoneidade da forma ou vício de consentimento.
- b) Vontade das partes através de um acordo bilateral ou denúncia unilateral.
- c) Não cumprimento das obrigações assumidas por uma das partes.
- d) Incapacidade das partes e ilicitude do objeto.

6. São princípios do direito cambiário:

- a) Negociabilidade, cartularidade e literalidade.
- b) Cartularidade, abstração e negociabilidade.
- c) Negociabilidade, autonomia e cartularidade.
- d) Autonomia, inoponibilidade e literalidade.

7. Sob as condições de lei e com autorização, mediante concessões múltiplas, sujeitos ativo e passivo terminam litígio e, por via de consequência, extinguem crédito tributário. A situação descrita é uma hipótese de:

- a) Compensação.
- b) Imputação em pagamento.
- c) Transação.
- d) Convênio.

8. Com relação à propriedade industrial, analise as assertivas:

- I. São obrigatoriamente averbados pelo INPI — Instituto Nacional de Propriedade Industrial — os contratos que implicam transferência de tecnologia. Assim sendo, os contratos de licença de direitos de exploração de desenho industrial são averbados facultativamente.
  - II. Caducará o registro se decorridos 5 (cinco) anos da sua concessão, na data do requerimento, feito por qualquer pessoa com legítimo interesse, se o uso da marca não tiver sido iniciado no Brasil, ou cujo uso tiver sido interrompido por mais de 5 (cinco) anos consecutivos.
  - III. A proteção dos direitos relativos à propriedade industrial, considerado o seu interesse social e o desenvolvimento tecnológico e econômico do País, efetua-se mediante pedido de patente ou de registro proveniente do exterior e depositado no Brasil. Somente se assegurada por tratado ou convenção em vigor no Brasil.
- a) Todas as assertivas são verdadeiras.
  - b) Somente a assertiva I é falsa.
  - c) A assertiva III é falsa.
  - d) Todas as assertivas são falsas.

9. Com relação à propriedade industrial, é crime:

- I. Contra patente de invenção ou de modelo de utilidade, punível com detenção, aquele que fabrica, expõe ou oferece à venda produto que seja objeto de patente de invenção ou de modelo de utilidade, sem autorização do titular.
  - II. De concorrência desleal quem divulga, explora ou utiliza-se de resultados de testes que tenham sido apresentados a entidades governamentais como condição para aprovar a comercialização de produtos.
- a) Ambas as afirmações são falsas.
  - b) Somente é falsa a afirmativa I.
  - c) Ambas assertivas são verdadeiras.
  - d) Somente é verdadeira a afirmativa II.

10. Criada por lei específica para prestar serviço público. É forma de descentralização da Administração Pública, com autonomia, personalidade de direito público e capital exclusivamente público:

- a) Empresa pública.
- b) Autarquia.
- c) Entidade paraestatal
- d) Sociedade de Economia Mista.

11. É patenteável, de acordo com a legislação pertinente:

- I. A invenção que atenda aos requisitos de novidade, atividade inventiva e aplicação industrial.
  - II. Todo e qualquer método matemático e os programas de computador em si considerados.
  - III. Como modelo de utilidade o objeto de uso prático suscetível de aplicação industrial, que apresente nova forma ou disposição, que resulte em melhoria funcional no seu uso ou em sua fabricação.
- a) Todas as assertivas são verdadeiras.
  - b) Somente a assertiva III é falsa.
  - c) A assertiva II é falsa.
  - d) Todas as assertivas são falsas.

12. Quando entra em vigor uma decisão de órgão coletivo, de jurisdição administrativa, com eficácia normativa?

- a) 30 (trinta) dias após sua publicação.
- b) Na data de sua publicação.
- c) No primeiro dia do exercício seguinte àquele em que ocorra sua publicação.
- d) Na data prevista na decisão.

13. A moratória tributária tem por efeito:

- a) Extinguir o crédito tributário.
- b) Suspender a exigibilidade do crédito tributário.
- c) Ratificar o lançamento.
- d) Excluir o crédito tributário.

14. De acordo com nosso Código de Processo Civil:

- I. Os embargos do devedor, nas execuções de títulos extrajudiciais, devem ser oferecidas, independente de penhora, depósito ou caução, no prazo máximo de 15 (quinze) dias contados da juntada aos autos do mandado de citação.
  - II. O juiz não receberá o recurso de apelação quando a sentença estiver em conformidade com súmula do STJ — Superior Tribunal de Justiça — ou do STF — Supremo Tribunal Federal.
  - III. A impugnação apresentada pelo executado, baseada em excesso de execução, deve ser rejeitada liminarmente se não indicar o valor que entende correto.
- a) São verdadeiras somente as assertivas I e II.
  - b) São falsas as assertivas II e III.
  - c) São verdadeiras todas as assertivas acima.
  - d) Somente é verdadeira a assertiva III.

15. No Brasil, a legislação sobre licitações:

- I. Exige que o pagamento por obra pública se dê no curso de sua execução, conforme o trabalho seja medido, exigindo que todo pagamento seja feito, de modo geral, no máximo em 60 (sessenta) dias após a conclusão de cada parcela, conforme o caso.
  - II. Estabelece a responsabilidade solidária dos membros da comissão de licitação por todos os atos praticados, salvo se, havendo discordância, seja consignada em ata a posição divergente e sua fundamentação.
  - III. Confere ao poder público a prerrogativa de, em relação aos contratos administrativos, respeitados os direitos do contratado, modificá-los, unilateralmente, para melhor adequação às finalidades de interesse público, e, ainda fiscalizar-lhes a execução, além do poder de aplicar sanções motivadas pela inexecução total ou parcial do ajuste.
- a) As assertivas I e II são verdadeiras.
  - b) As assertivas II e III são falsas.
  - c) Todas as assertivas são verdadeiras.
  - d) As assertivas II e III são verdadeiras

16. Sobre a responsabilidade civil do Estado, considere as afirmativas abaixo:

- I. É objetiva a responsabilidade na indenização de fato danoso causado por agente de sociedade de economia mista que preste serviço público;
  - II. A lei brasileira assegura o direito de regresso contra o agente causador de fato danoso, nos casos de dolo e culpa;
  - III. A responsabilização do Estado independe de o agente ter agido nos exercícios de suas funções.
- a) As assertivas I e II são verdadeiras.
  - b) As assertivas II e III são falsas.
  - c) Todas as assertivas são verdadeiras.
  - d) Todas as assertivas são falsas.

17. Nos contratos onerosos:

- I. O adquirente pode demandar pela evicção mesmo sabendo que a coisa era litigiosa;
  - II. O alienante responde pela evicção mesmo se a aquisição tiver se realizado em hasta pública;
  - III. As partes não podem, por cláusula expressa, excluir a responsabilidade por evicção.
- a) São todas falsas as assertivas acima.
  - b) Somente I e II são verdadeiras.
  - c) São falsas as afirmativas I e III.
  - d) São falsas as assertivas I e II.

18. Com relação a sentença na Legislação Civil:

- I. Far-se-á a liquidação por arbitramento, quando, para determinar o valor da condenação, houver necessidade de alegar e provar fato novo.
  - II. Pode ser oferecida impugnação pelo executado no prazo máximo de 10 (dez) dias, contados da intimação do auto de penhora e de avaliação.
  - III. Cabe agravo de instrumento tanto da decisão que resolver sobre impugnação de sentença quanto da decisão de liquidação.
- a) As assertivas I e III são falsas.
  - b) As assertivas I e II são falsas.
  - c) Todas as assertivas são falsas.
  - d) As assertivas II e III são falsas.

19. De acordo com o que preconiza o Código Civil Brasileiro:

- I. Se a pessoa física exercer sua profissão em diversos lugares, cada um deles constituirá domicílio para as relações que lhe corresponderem.
  - II. Os bens naturalmente divisíveis podem tornar-se indivisíveis por determinação da lei ou por vontade das partes.
  - III. Constitui universalidade de direito a pluralidade de bens singulares que, pertinente a uma única pessoa, tenham destinação unitária.
- a) São falsas as assertivas II e III.
  - b) São falsas as assertivas I e III.
  - c) São verdadeiras as assertivas I e II.
  - d) A assertiva II é a única falsa.

20. Contratado pela empresa Sigma Serviços, aderiu a greve organizada pelo sindicato de sua categoria. A empresa o demitiu por justa causa, considerando que ocorreu falta grave por parte de seu empregado. Considerando a situação hipotética acima e a Súmula 316 do STF, assinale a opção **CORRETA**.

- a) A simples adesão à greve não pode ser considerada falta grave.
- b) O empregado praticou ato de insubordinação ao aderir à greve, mas a justificativa para demissão deveria ser a incontinência de conduta ou o mau procedimento.
- c) O empregado deu motivo que justifica sua suspensão, mas não motivo imediato para a aplicação da justa causa.
- d) A atitude de aderir à greve e de não comparecer ao trabalho é incompatível com o abandono de emprego.

21. Com relação ao instituto do aviso prévio, observe a validade das assertivas que se seguem:

- I. O caráter indenizatório que se dá ao pagamento do aviso prévio não trabalhado lhe retira o caráter alimentar.
  - II. A cessação da atividade da empresa, com pagamento da indenização, exclui o direito do empregado ao aviso prévio.
- a) Ambas as assertivas estão erradas.
  - b) Somente a assertiva I está correta.
  - c) Somente a assertiva II está correta.
  - d) Estão corretas as assertivas I e II.

22. Na Justiça do Trabalho, a parte reclamada pode ser representada por preposto em audiência. Sobre o preposto, analise as afirmativas abaixo e, em seguida, marque a alternativa **CORRETA**:

- I. Pode figurar como preposto o prestador de serviço que tenha conhecimento dos fatos discutidos na ação.
  - II. A ausência da carta de preposição, que é documento hábil para a prova do mandato outorgado, sempre suscitará aplicação da pena de revelia.
  - III. A representação da pessoa jurídica por preposto exige que seja sócio, diretor ou empregado da reclamada.
- a) As afirmações I e III são falsas.
  - b) Apenas a assertiva III é verdadeira.
  - c) As afirmações I e II são verdadeiras.
  - d) Todas as afirmações estão falsas.

23. Considerando o procedimento sumaríssimo na Justiça do Trabalho:

- I. Não se fará citação por edital, incumbindo ao autor a correta indicação do nome e do endereço do reclamado.
  - II. As partes poderão arrolar até no máximo três testemunhas cada, que comparecerão à audiência de instrução e julgamento independentemente de intimação.
  - III. As demandas em que é parte a Administração Pública Direta, Autárquica ou Fundacional, também podem se submeter ao procedimento sumaríssimo, se o valor pleiteado não exceder a 40 (quarenta) vezes o salário mínimo.
- a) A afirmação III é verdadeira.
  - b) Apenas a assertiva I é verdadeira.
  - c) As afirmações I e II são verdadeiras.
  - d) Todas as afirmações estão erradas.

24. A remuneração dos dias de repouso, tanto o semanal como o correspondente aos feriados, integra o salário para todos os efeitos legais e com ele deve ser paga. Sobre o assunto, assinale a alternativa **FALSA**:

- a) Havendo prestação de horas extras, deve-se destacar também sua repercussão no repouso, inclusive para o mensalista e o quinzenalista.
- b) Para os contratados por semana, dia ou hora, a remuneração do repouso corresponde a um dia normal de trabalho.
- c) Sendo a jornada normal diária de trabalho variável, a remuneração corresponderá a 1/7 do total de horas trabalhadas durante a semana.
- d) Os empregados contratados por tarefa, a divisão do salário relativo às tarefas executadas durante a semana, no horário normal de trabalho, pelo número de dias de serviço efetivamente trabalhados.

25. No mês de dezembro de cada ano, a todo empregado será paga, pelo empregador, uma gratificação salarial, independente da remuneração a que fizer jus. A gratificação corresponderá a 1/12 avos da remuneração devida em dezembro, por mês de serviço, do ano correspondente, considerando a fração igual ou superior a 15 (quinze) dias de trabalho como mês de serviço e sem que as faltas legais e justificadas ao serviço sejam deduzidas. Ocorrendo rescisão do contrato de trabalho, sem justa causa, o empregado receberá a gratificação devida, calculada sobre a remuneração do mês da rescisão. No cálculo do 13º salário na rescisão, é **FALSO** afirmar:

- a) O valor será calculado tomando-se por base a maior remuneração.
- b) O afastamento por motivo de doença ou acidente de trabalho, dentro do período aquisitivo, paralisa a contagem do tempo no 15º (décimo quinto) dia de atestado e reinicia após a alta médica.
- c) Será sempre integral o valor do 13º (décimo terceiro) salário nos cálculos de direitos trabalhistas;
- d) Na dispensa sem justa causa, o empregado receberá a gratificação devida, calculada sobre a remuneração do mês da rescisão.